



07 DE OUTUBRO DE 2016 Sexta-feira

- FAP 2016 – VIGÊNCIA 2017
- FIM DA GREVE: BANCÁRIOS ACEITAM PROPOSTA E AGÊNCIAS ABREM NESTA SEXTA
- BANCÁRIOS ENCERRAM A GREVE, MAS PARALISAÇÃO SEGUE NA CAIXA EM SP E RJ
- VOLVO SEGUE PARADA. RETORNO AO TRABALHO SERÁ DISCUTIDO NA SEGUNDA
- ANFAVEA DIZ TER 5,3 MIL FUNCIONÁRIOS NO PPE E OUTROS 2 MIL EM LAY-OFF
- TRABALHADORES DA COLETA DE LIXO DE CURITIBA FAZEM GREVE
- COM INCENTIVO DA CNI, GOVERNO DÁ PRIMEIRO PASSO PARA ASSINAR ACORDO DE PATENTE COM JAPÃO
- CNI INICIA EMISSÃO DO ATA CARNET, PASSAPORTE DE MERCADORIAS PARA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO TEMPORÁRIAS
- FINANCIAMENTO À INOVAÇÃO DESPENCA EM 2016, MOSTRA LEVANTAMENTO DA MEI
- COMPETITIVIDADE EM MARCHA À RÉ
- EMPREGO NA INDÚSTRIA CAI 0,4% EM AGOSTO ANTE JULHO, DIZ CNI
- TROCA DE GESTÃO GERA INCERTEZA NA USIMINAS
- BRASIL CAI NO RANKING DE DESTINOS PREFERIDOS POR MULTINACIONAIS
- AGOSTO REGISTROU O MELHOR RESULTADO DO ANO PARA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS
- POUPANÇA VOLTA A PERDER RECURSOS E SAQUE NO ANO JÁ SOMA R\$ 50,5 BI
- 85% DOS EMPRESÁRIOS NÃO VÃO CONTRATAR NESTE FIM DE ANO, DIZEM CNDL E SPC
- DECRETO DISCIPLINA SIMPLES EXPORTAÇÃO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- PARTICIPE: SEMANA EMPRESARIAL EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
- CUSTO DA CESTA BÁSICA CAI 1,5% EM CURITIBA; VILÃ DA VEZ É BANANA
- GOVERNO QUER CONCLUIR PROPOSTA DA PREVIDÊNCIA AINDA EM OUTUBRO
- CAMINHÕES VIVEM CLIMA MAIS FAVORÁVEL
- EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS SEGUE TENDÊNCIA POSITIVA
- PARA ANFAVEA, SETEMBRO FOI FORA DA CURVA

- GRUPO ACOTUBO APRESENTA EXPANSÃO E AMPLIA ESTOQUE DA DIVISÃO DE CONEXÕES
- INFLAÇÃO DESACELERA PARA 0,08% EM SETEMBRO, APONTA IBGE
- SÓ UMA EM CADA QUATRO EMPRESAS SOBREVIVE APÓS RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- ARTIGO: TENDÊNCIAS ANTIGLOBALIZAÇÃO MOSTRAM QUE BRASIL TEM DE MIRAR O SEU MERCADO
- EDITORIAL: A ADVERTÊNCIA DA INDÚSTRIA
- NO SENADO, SECRETÁRIA DO TESOURO DEFENDE EQUILÍBRIO FISCAL
- ROSE DE FREITAS QUER AUMENTAR CORREÇÃO DO FGTS E LIBERAR SAQUE PARA QUEM PEDIR DEMISSÃO
- NA FIESC, MINISTRO ANUNCIA AMPLIAÇÃO DO BRASIL MAIS PRODUTIVO PARA 2017
- FORD FECHA SUAS FÁBRICAS NA AUSTRÁLIA APÓS 91 ANOS NO PAÍS

CÂMBIO EM 07/10/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,227	3,228
Euro	3,600	3,601

Fonte: BACEN

FAP 2016 – Vigência 2017

07/10/2016 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados - Advogados

Em 30/09/2016 foi publicada a Portaria nº 390/2016 do Ministério da Fazenda, por meio da qual foram disponibilizados os índices considerados para o cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) de 2016, com vigência para 2017. Esse fator impacta no cálculo da alíquota da contribuição ao RAT.

Os índices FAP aplicável a cada empresa (que teve por base os dados de 2014 e 2015) estão disponíveis desde 30/09/2016 nos sites do Ministério da Previdência Social – MPS e da Receita Federal do Brasil – RFB e podem ser acessados por senha pessoal do contribuinte. A contestação contra o FAP poderá ser realizada nos sites do MPS ou da RFB, no período de 01/11/2016 a 30/11/2016 e terá efeito suspensivo.

Também será possível questionar eventual limitação do FAP decorrente da existência de casos de morte ou invalidez permanente ou de taxa média de rotatividade superior a 75%, no período de 03/10/2016 a 30/11/2016.

A decisão quanto à contestação apresentada será publicada no Diário Oficial da União e o seu inteiro teor divulgado no site do Ministério da Previdência Social, com acesso

restrito à empresa. Da decisão caberá recurso no prazo de 30 dias, contados da data da publicação no Diário

Fim da greve: bancários aceitam proposta e agências abrem nesta sexta

07/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Em assembleia, bancários da região de Curitiba votaram a favor da proposta de 8% de ajuste, mais abono de R\$ 3,5 mil



Depois de 31 dias de paralisação, os funcionários dos bancos públicos e privados que trabalham na região de Curitiba aceitaram a proposta feita pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), na quinta-feira (6), dando fim à paralisação. A decisão favorável ao fim da greve ocorreu na noite de hoje por meio de votação em assembleia nos sindicatos. Os bancos abrem nesta sexta-feira (7).

O acordo de dois anos prevê 8% de reajuste no salário, mais abono de R\$3,5 mil, em 2016. Para os trabalhadores dos bancos privados, o reajuste no vale-alimentação será de 15%, no vale-refeição e no auxílio creche/babá, de 10%. Nos bancos públicos, os ajustes nos benefícios e na participação dos lucros varia para cada instituição. Para 2017, a Fenaban aceitou repor integralmente a inflação (INPC/IBGE), mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas.

Além disso, será feita a instalação de um Centro de Realocação e Requalificação Profissional nos bancos. Com participação bipartite, o projeto buscará evitar demissões ao realocar os funcionários ameaçados pela reestruturação em um determinado local, criando possibilidades de serem transferidos para outras áreas da própria instituição.

Na mesa de negociação, o Comando Nacional dos Bancários conseguiu, ainda, garantir o abono total dos dias parados. Até esta quinta, 13.123 agências e 43 centros administrativos estavam paralisados, o que representa 55% dos locais de trabalho em todo o país. No Paraná, 75% das agências bancárias foram fechadas, além de nove centros administrativos e cinco financeiras. Em Curitiba e região metropolitana, foram 361 agências e seis centros administrativos paralisados.

Historicamente, a greve mais longa da categoria foi em 1951. Durou 69 dias e resultou na criação do dia dos bancários.

Confira o acordo completo entre bancos privados e trabalhadores 2016

Reajuste de 8% e abono de R\$ 3.500 em 2016;

Reposição integral da inflação (INPC/IBGE), mais 1% de aumento real em 2017 para os salários e todas as verbas;

Vales e Auxílios

Auxílio-refeição - R\$ 32,60 (por dia);

Auxílio-cesta alimentação e 13.ª cesta - R\$ 565,28;

Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) - R\$ 434,17;

Auxílio-creche/babá (filhos até 83 meses) - R\$ 371,43;

Gratificação de compensador de cheques - R\$ 165,65;

Requalificação profissional - R\$ 1.457,68;
Auxílio-funeral - R\$ 978,08;
Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto - R\$ 145.851,00;
Ajuda deslocamento noturno - R\$ 102,09;
Vale-Cultura, valor de R\$ 50, mantido até 31/12/16;

Pisos

Piso portaria após 90 dias - R\$ 1.487,83;
Piso escritório após 90 dias - R\$ 2.134,19;
Piso caixa/tesouraria após 90 dias - R\$ 2.883,01 (salário mais gratificação, mais outras verbas de caixa);

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

PLR regra básica - 90% do salário mais R\$ 2.183,53 limitado a R\$ 11.713,59. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 25.769,88;

PLR parcela adicional - 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 4.367,07;

Antecipação da PLR – Primeira parcela depositada até dez dias após assinatura da Convenção Coletiva. Regra básica - 54% do salário reajustado em setembro de 2016, mais fixo de R\$ 1.310,12, limitado a R\$ 7.028,15 e ao teto de 12,8% do lucro líquido - o que ocorrer primeiro. Parcela adicional equivalente a 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2016, limitado a R\$ 2.183,53;

2017

Os valores vigentes em 31/08/2017 serão reajustados pelo INPC/IBGE de setembro/2016 a agosto/2017, acrescido de aumento real de 1%.

Participação nos Lucros e Resultados

Para PLR e antecipação da PLR- mesmas regras, com reajustes dos valores fixos e limites pelo INPC/IBGE de setembro/2016 a agosto/2017, acrescido de aumento real de 1%, com data de pagamento de pagamento final até 01/03/2018.

Bancários encerram a greve, mas paralisação segue na Caixa em SP e RJ

07/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Os bancários do setor privado e do Banco do Brasil aprovaram, na noite desta quinta (6) o fim da greve na maioria dos Estados. A decisão foi votada em assembleias da categoria após 31 dias de paralisação.

A Contraf (confederação dos trabalhadores do setor) ainda não divulgou um balanço completo do fim da greve, mas informou que os trabalhadores da Caixa de São Paulo e Rio de Janeiro seguem de braços cruzados.

A Fenaban (braço sindical da Febraban, entidade que representa os bancos) ofereceu aumento de 8% e mais um abono de R\$ 3.500 neste ano e já fecharam o reajuste do próximo ano, que garante aumento real de 1%. Os trabalhadores também terão o abono dos 31 dias parados.

"Óbvio que queríamos o aumento real, mas no ano passado fizemos 21 dias de greve e não tivemos esse aumento (de 2017)", afirmou a presidente do Sindicato dos bancários de São Paulo, Juvandia Moreira.

Bancários pediam aumento real de 5% neste ano, além da equiparação de benefícios adicionais (como vale-refeição e vale-alimentação, por exemplo) a um salário-mínimo cada.

Moreira também destacou que foi uma conquista da categoria a abertura de um centro de recolocação e requalificação dos trabalhadores das agências, uma ferramenta que pode facilitar que trabalhadores continuem empregados mesmo com a migração dos bancos para os serviços digitais.

SÃO PAULO

Em São Paulo, bancários das entidades privadas e do Banco Brasil aprovaram o fim da greve. Na Caixa, a diferença teria sido de 100 votos apenas, segundo Moreira. Sobre o conflito durante a assembleia, afirmou que foi um estranhamento normal e que ninguém chegou "às vias de fato".

No auge da greve, mais de 13 mil agências foram fechadas, o equivalente a 57% dos pontos de atendimento, segundo acompanhamento da Contraf (confederação que representa os trabalhadores do setor financeiro).

No entanto, a maior parte dos serviços bancários já é realizada pelos canais eletrônicos de atendimento, o que diminui o impacto da greve sobre a população.

Volvo segue parada. Retorno ao trabalho será discutido na segunda

07/10/2016 – Fonte: Tribuna PR



A paralisação dos metalúrgicos da Volvo entrou no terceiro dia nesta quinta-feira (6) e, ao que tudo indica, não será encerrada antes do fim de semana.

Em assembleia na porta da fábrica da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), os funcionários da área de produção decidiram manter o protesto contra a proposta salarial oferecida pela montadora.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), os trabalhadores só voltam a se reunir na manhã de segunda-feira (10), o que significa que a unidade terá deixado de funcionar por pelo menos quatro dias.

"Como a Volvo não apresentou uma proposta que garanta 100% da inflação, os trabalhadores decidiram continuar o protesto, voltaram para casa e retornam só na segunda-feira para ver se tem uma nova proposta", disse o vice-presidente do SMC, Nelson Silva de Souza.

A fábrica vinha produzindo uma média de 35 caminhões pesados, 12 caminhões médios e cinco chassis de ônibus por dia. Com os dias parados, pouco mais de 200 veículos deixarão de sair das linhas de produção.

Os principais pontos da proposta da Volvo são um reajuste salarial de 4,81% – equivalente a 50% da inflação acumulada em 12 meses, de 9,62% até agosto, segundo o INPC – e um abono de R\$ 5 mil.

Empresa

Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo na terça-feira (4), o vice-presidente de RH e Assuntos corporativos da Volvo, Carlos Morassutti, disse que a empresa vive uma situação atípica e que não tem condições de repassar aos salários toda a inflação acumulada.

Morassutti afirmou que a companhia vem mantendo um excedente de pessoal – de 400 pessoas, segundo estimativas divulgadas meses atrás – ao mesmo tempo em que as vendas caíram 70% desde 2015. Pelos cálculos do executivo, em dez anos os salários dos funcionários da Volvo subiram 40% acima da inflação.

“Quando a empresa vai bem e está ganhando dinheiro, não temos o menor problema em compartilhar os resultados com os funcionários. Mas não é essa a situação atual”, disse.

Anfavea diz ter 5,3 mil funcionários no PPE e outros 2 mil em lay-off

07/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, informou nesta quinta-feira, 6, que o número de funcionários afastados das fábricas caiu para 7,3 mil em setembro, de 22,3 mil em agosto.

Em agosto, havia 19,8 mil trabalhadores cadastrados no Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e outros 2,5 mil em regime de lay-off (suspensão temporária de contratos). Em setembro, esses números recuaram para 5,3 mil e 2 mil, respectivamente.

As empresas que aderem ao PPE podem reduzir a jornada de trabalho e os salários dos seus funcionários em até 30%, com metade da diminuição salarial compensada pelo governo federal. O programa foi criado em julho do ano passado pelo governo de Dilma Rousseff.

Segundo Megale, a redução se deve a ajustes internos das empresas. “Algumas deixaram de usar o PPE porque agora precisam produzir mais, enquanto outras saíram porque perceberam que a sua força de trabalho já estava adequada”, disse o executivo, reforçando que há um consenso entre as montadoras de que o programa “é um grande instrumento que permite que a indústria faça ajustes em caso de necessidade conjuntural”.

Em setembro, a indústria eliminou 1.368 vagas de emprego. Segundo o presidente da Anfavea, quase todos os desligamentos do mês foram resultado de programas de demissão voluntária realizados pelas montadoras.

Trabalhadores da coleta de lixo de Curitiba fazem greve

07/10/2016 – Fonte: Bem Paraná



Nenhum caminhão de coleta de lixo domiciliar, coleta de recicláveis, calina, roçada e limpeza especial saiu da garagem da empresa Cavo, responsável pelo serviço, na manhã desta sexta-feira (7). Mais de mil garis estão parados e concentrados nas proximidades da empresa Cavo no Rebouças parados por falta de salário.

O Siemaco - Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e conservação, os salários deveriam ter sido depositados até a meia-noite de quinta-feira (6), o que não aconteceu. De acordo com a assessoria de imprensa, os trabalhadores só voltam ao trabalho se os salários forem pagos.

O trânsito está complicado perto da sede da empresa, já que os trabalhadores da Cavo fecharam uma das pistas da Avenida Getúlio Vargas.

Com incentivo da CNI, governo dá primeiro passo para assinar acordo de patente com Japão

07/10/2016 – Fonte: CNI

Para o setor industrial, tratado que prevê o aproveitamento de estudos do escritório japonês vai acelerar análise dos pedidos no Brasil. Atualmente, prazo médio para concessão de patentes no país é de 11 anos

"Se conseguirmos reduzir o prazo médio de análise, hoje de 11 anos, vamos certamente atrair mais investimentos e centros de pesquisas e desenvolvimento" - Robson Braga de Andrade



Os esforços do setor privado para destravar as relações comerciais e de investimento entre o Brasil e o Japão, que têm perdido força nos últimos cinco anos, estão dando resultado.

Nesta quinta-feira (6), os ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil e o da Economia, Comércio e Indústria do Japão assinaram, em Tóquio, declaração que cria um grupo de trabalho para propor o Acordo de Compartilhamento de Exame de Patentes entre os dois países (em inglês, *Patent Prosecution Highway Agreement* – PPH).

"A fila de patentes no Brasil é imensa. Se conseguirmos reduzir o prazo médio de análise, hoje de 11 anos, vamos certamente atrair mais investimentos e centros de pesquisas e desenvolvimento.

O acordo possibilitará o uso das análises japonesas para acelerar a concessão de patentes no nosso país", disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

O PPH evitará o retrabalho dos examinadores do Brasil e do Japão, pois prevê a cooperação entre seus respectivos escritórios – o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o Japan Patent Office (JPO) – para facilitar a concessão das patentes. O acordo prevê ainda acesso recíproco e uso voluntário das análises realizadas pelos escritórios. A medida reduzirá o tempo de concessão de patentes.

O escritório japonês de propriedade intelectual é um dos cinco maiores do mundo e faz parte do Five IP Offices (IP5). Para a CNI, a assinatura do acordo de patentes com o Japão vai estreitar a cooperação existente entre o JPO e o INPI, inserindo contribuindo para inserir o escritório brasileiro na rede dos principais escritórios de propriedade intelectual.

PROJETO PILOTO - A CNI defende ainda que o governo brasileiro lance o PPH com o Japão até 2017, de modo semelhante ao que já firmou com os Estados Unidos em 2015. O Acordo de Compartilhamento de Exame de Patentes com os estadunidenses é um projeto piloto de dois anos.

Segundo a CNI, como o Brasil tem buscado proteger e promover os direitos de propriedade intelectual das empresas brasileiras e estrangeiras que operam no país, é natural que haja um acordo semelhante com o Japão.

"Com o avanço das relações do Brasil com outros parceiros, como os Estados Unidos, a União Europeia, a China e a Coreia do Sul, é fundamental um reposicionamento do Japão", diz Robson Braga de Andrade, que participou, nos dias 4 e 5, da 19ª reunião conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, na capital japonesa.

CNI inicia emissão do ATA Carnet, passaporte de mercadorias para exportação e importação temporárias

07/10/2016 – Fonte: CNI

Brasil é o primeiro país do Mercosul a adotar o instrumento de facilitação de comércio, que permite a importação e a exportação temporária de bens em 74 países sem incidência de impostos



A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por meio das federações de indústrias dos estados, começa a emitir o ATA Carnet (acrônimo das expressões em francês *Admission Temporaire e Temporary Admission*, em inglês) a partir desta quinta-feira (6).

O documento aduaneiro permite exportar e importar bens temporariamente sem a incidência de impostos em 74 países. O Brasil é o primeiro país do Mercosul a aderir ao sistema. Desde julho, a Receita Federal Brasileira já reconhece o Ata Carnet emitido pelos demais países para a entrada de bens no Brasil.

"Este é um instrumento fundamental para aumentar a participação do Brasil no mercado global, pois desburocratiza os procedimentos aduaneiros, facilita a participação das nossas indústrias em grandes feiras e rodadas de negócios internacional. O Ata Carnet é um avanço na facilitação de comércio", afirma o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

Inicialmente, o documento será emitido pelas federações de sete estados: Ceará, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Elas atenderão a pedidos de empresas de todo o Brasil. Até o início de 2017, o sistema de emissão presencial funcionará em todas as 27 federações de indústria estaduais. Também é possível solicitar o ATA pela internet.

COMO FUNCIONA - A empresa solicitante deve preencher o formulário com informações sobre as mercadorias a serem enviadas ao exterior sob regime de exportação temporária e países de destino a serem visitados.

A própria ferramenta eletrônica gera o documento de forma automática e totalmente online. Após análise das informações e aprovação, o usuário pode retirar seu ATA Carnet nas federações de indústrias presentes em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. O documento emitido é composto por duas folhas de apresentação para cada país estrangeiro onde a mercadoria for ingressar, e outras duas folhas de apresentação à alfândega na saída e no retorno de seu país de origem.

Como um passaporte, uma das folhas recebe o carimbo da alfândega estrangeira na entrada e a outra na saída. Do mesmo modo, o documento também é carimbado pela aduana brasileira na saída e retorno do país.

A Receita Federal do Brasil monitora e valida os ATA Carnets emitidos no país para as exportações temporárias e, também reconhece os ATA Carnet emitidos por entidades no exterior para o caso das admissões temporárias brasileiras. O custo do documento varia entre R\$ 442,97 a R\$931,14, dependendo do valor do bem segurado e ele é emitido em até 48 horas.

COBERTURA - O ATA Carnet pode cobrir bens utilizados em exposições, feiras, congressos ou eventos similares; materiais profissionais; bens importados para fins educativos, científicos ou culturais ou desportivos. Por exemplo: materiais de atletas, equipamentos fotográficos e cinematográficos de jornalistas, instrumentos musicais, joias, roupas, peças arqueológicas, quadros, veículos, entre outros.

O ATA Carnet suspende a incidência de **impostos** sobre a permanência temporária de produtos e equipamentos. Com apenas um documento, empresas podem entrar com bens em 74 países durante 12 meses. "Um único documento reúne todas as informações que devem ser apresentadas na aduana de saída e de entrada, reduzindo a burocracia, tornando mais rápidos os trâmites aduaneiros e pode ser usado tanto por pessoa física quanto jurídica", complementa a gerente de Serviços de Internacionalização da CNI, Sarah Saldanha.

VANTAGENS

1. Para empresas:

- Reduzem a zero o risco de apreensão ou retenção de mostruário em aduanas, dando maior segurança para que empresas brasileiras participem de feiras e exposições no exterior - fato importante sobretudo para micro e pequenas empresas;
- Gastam menos na circulação internacional de bens;
- Economizam tempo no preparo de documentação para exportação e importação temporária;

2. Para pessoas físicas:

- Segurança para o transporte de materiais de trabalho, para fins educativos, científicos, culturais e desportivos;

- Não têm mais o risco de circular internacionalmente com mercadorias sem documentação adequada;

3. Para o governo

- Atua de acordo com normas internacionais;
- Reduz a burocracia na Aduana Brasileira;
- Facilita a realização de grandes eventos internacionais - esportivos, culturais, de negócios - no Brasil.

SAIBA MAIS - Acesse o site do [ATA Carnet](#) para saber tudo sobre o documento.

Financiamento à inovação despencou em 2016, mostra levantamento da MEI

07/10/2016 – Fonte: CNI

Levantamento inédito da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) mostra que o BNDES investiu, até junho deste ano, R\$ 1,4 bilhão em inovação, valor quatro vezes menor que em 2015

Os recursos alocados em pesquisa e desenvolvimento despencaram no Brasil em 2016. Levantamento inédito da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra que o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) investiu, até junho deste ano, R\$ 1,4 bilhão em inovação, valor quatro vezes menor do que o total dispendido em 2015, ano em que R\$ 6 bilhões foram desembolsados para custear projetos e pesquisas.

Embora, no segundo semestre, o número possa subir, o dispêndio atual é semelhante ao de 2010, quando a agenda de inovação era pouco representativa no crédito oferecido pelo maior banco de fomento do país. Além disso, recursos não reembolsáveis, mais utilizados por empresas de maior risco tecnológico, representam apenas 5% dos valores empenhados pelo banco.

Para o coordenador executivo da MEI e superintendente nacional do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Paulo Mól, o cenário representa um retrocesso e coloca o Brasil na contramão de outros países, como Estados Unidos e China, que ampliaram seus investimentos em P&D mesmo durante crises econômicas.

"Acessar esse crédito ficou mais caro e as garantias exigidas para a tomada de financiamento inibe a estratégia de inovação das empresas. A agenda de inovação precisa ser uma prioridade, pois é ela que vai recolocar o país no caminho do crescimento", pondera.

O grau de inovação de um país é um dos critérios usados no ranking de competitividade de países do Fórum Econômico Mundial. Na última edição, divulgada no fim de setembro, o Brasil apareceu em 81º lugar, a pior posição em duas décadas. Apenas nos últimos quatro anos, o Brasil caiu 33 posições na lista.

Desembolsos do BNDES para inovação, 2010-2016
(em R\$ bilhões)



Fonte: BNDES, 2016.

07/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

A inserção do país no mercado global não é uma mera escolha. É, antes de tudo, um requisito do progresso material e do desenvolvimento social



O Fórum Econômico Mundial publica regularmente o Ranking Global da Competitividade, que é a capacidade que os países têm de competir nos mercados mundiais.

Infelizmente, mais uma notícia negativa atinge o Brasil: a queda de seis posições no ranking, ficando agora em 81.º lugar entre 138 países – a pior classificação nos últimos dez anos. É uma situação muito séria, pois o Brasil perdeu 33 posições no ranking nos últimos cinco anos, com grave redução da capacidade de conquistar e manter mercados internacionais.

Assim, fica claro que a grave crise econômica interna não pode ser debitada exclusivamente à crise internacional, como insistia a ex-presidente Dilma Rousseff e seu partido.

O indicador da competitividade é comparativo, e o fato de o Brasil ter despencado 33 posições mostra que a maior parte dos problemas nacionais foi fabricada aqui dentro e é de responsabilidade do governo e da sociedade brasileira.

O raciocínio é simples: os países que deixaram o Brasil para trás também foram atingidos pela crise internacional, e nem por isso caíram no ranking tanto quanto o Brasil.

Se tivessem caído em igual proporção, todos estariam na mesma posição no ranking da competitividade nos últimos cinco anos. Comparado com as dez maiores economias da América Latina, o Brasil ficou na triste nona colocação, que tem Chile e Panamá nas duas primeiras posições.

O Brasil perdeu 33 posições no ranking nos últimos cinco anos

O leque de problemas que explicam a derrocada brasileira é extenso. Recessão, baixo grau de inovação tecnológica, deterioração da infraestrutura, diminuição da produtividade, péssimo sistema tributário, marco regulatório dos investimentos confuso e inconcluso, corrupção, instabilidade política, ausência de reformas, ineficiência do setor público, desequilíbrio das contas fiscais, elevado desemprego e baixa qualificação da mão de obra estão entre os fatores determinantes do atraso e do retrocesso.

Para um país que tem a pretensão de recuperar sua economia e elevar a renda por habitante e o padrão de vida médio nas próximas duas décadas, a notícia da redução na capacidade de competir no mercado internacional é péssima.

Para seguir exportando, o Brasil poderia se ver obrigado a reduzir os salários médios e desvalorizar a moeda nacional, gostem ou não os empresários, os sindicatos e o governo. A economia não é a ciência das vontades, mas dos fatos concretos e, por mais que seja lamentável, a inserção do país na economia internacional será feita à custa de sacrifício interno.

Não se trata de questão de vontade política, como dizem por aí, mas de reflexo da realidade do atraso relativo da economia brasileira no conjunto dos 138 países que participaram do ranking.

Alguns dirão que o Brasil deve voltar-se para o mercado interno e fugir da globalização, como estratégia de desenvolvimento nacional. Ocorre que a inserção do país no mercado global não é uma mera escolha.

É, antes de tudo, um requisito do progresso material e do desenvolvimento social, pois os países somente conseguem importar os bens, serviços e tecnologias de que necessitam com moeda estrangeira obtida por meio de suas exportações.

A recuperação econômica do Brasil e o retorno de taxas positivas de crescimento do Produto Interno Bruto dependem do aumento das importações de máquinas, equipamentos, tecnologias e bens de consumo (como trigo e medicamentos, só para citar dois casos importantíssimos).

É urgente enfrentar as causas do atraso e do retrocesso no grau de competitividade do Brasil, ainda que para tanto sejam necessárias medidas impopulares.

Emprego na indústria cai 0,4% em agosto ante julho, diz CNI

07/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O emprego na indústria caiu pelo 19º mês consecutivo e atingiu o menor patamar desde novembro de 2004, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O emprego caiu 0,4% em agosto ante julho, com ajuste, e recuou 6,8% na comparação com agosto do ano passado, conforme dados da pesquisa Indicadores Industriais da entidade. No acumulado do ano, o emprego registra queda de 8,7%.

Segundo a pesquisa, praticamente todos os indicadores de atividade industrial registraram queda em agosto, exceto a utilização da capacidade instalada. Na avaliação da CNI, a retração do emprego mostra que a indústria continua em ciclo recessivo.

O faturamento real caiu 3,9% ante julho, com ajuste, e 12% na comparação com agosto de 2015. No acumulado do ano, o faturamento registra queda de 12,1%.

A utilização da capacidade instalada (UCI) ficou em 77,1%, ante 76,8% em julho e 77,9% em agosto de 2015, conforme os dados dessazonalizados.

As horas trabalhadas registraram recuo de 3,2% ante julho, com ajuste, e de 5,4% na comparação com agosto do ano passado. No acumulado do ano, houve queda de 8,8%.

A massa salarial real teve queda de 0,6% ante julho, com ajuste, e de 8,6% ante agosto de 2015. No acumulado do ano, houve recuo de 9,7%.

O rendimento médio real teve queda de 0,3% na comparação com julho, com ajuste, e de 1,9% na comparação com agosto. No acumulado do ano, houve recuo de 1,1%.

Troca de gestão gera incerteza na Usiminas

07/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

As ações da Usiminas sofreram um revés na quinta-feira, 6, um dia após o Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinar a troca de comando na siderúrgica. O executivo Rômel de Souza foi reconduzido ao cargo no lugar de Sérgio Leite, eleito em maio presidente executivo da companhia.

Os papéis preferenciais da Usiminas fecharam em queda de 1,88%, a R\$ 3,65, na contramão das outras siderúrgicas – CSN e Gerdau, que subiram 1,76% e 2,56%, respectivamente, e ficaram entre as maiores altas do BM&FBovespa.

A saída de Leite foi mal recebida pelo mercado, uma vez que gera incertezas sobre o futuro da companhia, segundo analistas ouvidos pelo *Broadcast*, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

A siderúrgica, que concluiu recentemente um processo de reestruturação de dívidas, protagoniza uma das maiores disputas societárias da história do País desde setembro de 2014, após desentendimentos entre os dois sócios controladores da companhia – a japonesa Nippon Steel e o grupo ítalo-argentino Ternium/Techint.

Ao *Broadcast*, Leite afirmou que segue “sereno e em frente nesta jornada pela Usiminas, confiante em que a força da empresa prevalecerá”. Com a decisão da Justiça, o executivo volta para a vice-presidência comercial da siderúrgica mineira. A nomeação de Leite à presidência foi contestada pela Nippon, que argumentou que a eleição do executivo feria o acordo de acionistas da empresa.

Souza é o nome de confiança da Nippon e foi conduzido ao cargo em setembro de 2014 com a destituição do então presidente da siderúrgica Julian Eguren e outros dois diretores, que eram indicados pela Ternium.

Crise

Nos últimos meses, a Usiminas correu contra o relógio para realongar suas dívidas e evitar um pedido de recuperação judicial. A briga entre os sócios agravou ainda mais a situação da companhia, que tem sido afetada pela baixa demanda no mercado interno e excesso de demanda global de aço.

Seguindo o movimento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Usiminas anunciou para seus clientes da rede de distribuição um aumento de 5% em seus produtos, que valerá a partir de 28 de outubro, apurou o *Broadcast*. Esse será seu quarto aumento de preços somente neste ano.

Fontes afirmam que o reajuste ocorre na esteira do aumento dos preços do carvão, uma das principais matérias-primas para a produção do aço. Procurada, a Usiminas não comentou o assunto.

Brasil cai no ranking de destinos preferidos por multinacionais

07/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O Brasil caiu no ranking dos destinos mais atraentes para o investimento de multinacionais até 2018. Dados divulgados na quinta-feira, 6, pela Organização das Nações Unidas (ONU) revelam que apenas 11% das grandes empresas do mundo indicaram que têm planos de aumentar investimentos no Brasil nos próximos dois anos. Isso coloca o País na sétima colocação entre as economias mais cobiçadas. Em 2014, última vez que o levantamento foi feito, o Brasil aparecia na quarta posição.

A queda só não foi maior, de acordo com a ONU, por conta da desvalorização do real. A mudança cambial tornou atrativa a compra de ativos de empresas nacionais por grupos estrangeiros. Por isso, o volume de dinheiro entrando no País continua a aumentar.

De fato, no primeiro trimestre do ano, aquisições aumentaram na América Latina de forma profunda, com um salto de 80%, graças a vendas maiores de ações no Brasil, Chile e Colômbia.

Em seus dados oficiais, o Banco Central aponta que o País recebeu em agosto US\$ 7,2 bilhões em investimentos. Nos últimos doze meses, o volume chegou a US\$ 74 bilhões, uma cifra que já quase alcança a de todo 2015, quando a economia nacional recebeu US\$ 75 bilhões.

O local preferido das multinacionais é a economia dos Estados Unidos, com 41% respondendo que pretendem aumentar investimentos. Em segundo lugar vem a China. Superam ainda o Brasil na preferência das multinacionais Japão, Alemanha, Reino Unido e Índia. Segundo o levantamento, a China também deve ser a maior fonte de investimentos nos próximos dois anos, seguida pelos EUA e Reino Unido.

América Latina

Já a situação no continente latino-americano não é das melhores. Em 2016, a projeção é de que investimentos sofram queda de 10% na região, para um total de US\$ 140 bilhões a US\$ 160 bilhões.

“As condições macroeconômicas continuam difíceis, com projeções do aprofundamento da recessão na região em 2016”, indicou a entidade. “A demanda doméstica fraca, levada por queda no consumo privado, somada à depreciação de moedas, vão pesar no investimento domésticos em manufatura, assim como no setor de serviços.”

A queda nos preços de commodities também deve “adiar projetos de investimentos na indústria extrativa”.

Na região, o valor anunciado de novos projetos caiu em 17% em comparação a 2014, para um total US\$ 73 bilhões. No setor extrativo, a queda foi de 86%. Isso, segundo a ONU, tem uma relação direta com a suspensão de planos de investimentos de Petrobrás, Ecopetrol (Colômbia) e Pemex (México).

“Dados preliminares para o primeiro trimestre de 2016 sugerem que investimentos novos continuam a ser fracos, com o número de projetos caindo em 19% e seu valores em redução de 18%”, indicou a ONU.

No mundo, a projeção da ONU também aponta para uma queda de 10% a 15% no fluxo de investimentos em 2016.

Agosto registrou o melhor resultado do ano para financiamento de veículos

07/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O mês de agosto registrou, até agora, o melhor resultado do ano no mercado de crédito para aquisição de veículos. Os recursos liberados na carteira de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) totalizaram R\$ 7,2 bilhões, valor 9,1% maior do que o registrado em julho e 1% superior ao mesmo mês de 2015.

O maior montante havia sido registrado em março deste ano, quando foram liberados R\$ 6,6 bilhões para o financiamentos de veículos. Os números são da Associação Nacional das Empresas Financeiras de Montadoras (Anef).

Pessoas físicas receberam, em agosto, R\$ 6,3 bilhões (alta de 8,9% em relação a julho, mas queda de 0,4% na comparação com o mesmo mês de 2015). Enquanto isso, às pessoas jurídicas foram concedidos R\$ 896 milhões, montante 10,6% maior em relação ao mês anterior e 11,7% em relação a agosto do ano passado.

O saldo das carteiras de veículos foi de R\$ 166,4 bilhões, volume 0,8% menor que o de julho e 13,5% inferior à média dos últimos 12 meses. O indicador corresponde a 2,7% do PIB, ante 3,3% no mesmo período de 2015.

Em relação aos juros, as taxas cobradas pelos bancos das montadoras foram mais atrativas aos consumidores. Enquanto os bancos independentes ofereceram, em agosto, taxas de 1,96% ao mês e de 26,2% ao ano, as taxas dos bancos das montadoras foram de 1,77% e 23,43%, respectivamente.

A taxa de inadimplência de pessoas físicas no oitavo mês do ano foi de 4,6% – mesmo índice registrado em julho. Para pessoas jurídicas, a inadimplência foi de 5%, queda de 0,2 ponto em relação a julho.

A Anef refez suas projeções para este ano. A entidade estima que o saldo de financiamento fique em R\$ 155,7 bilhões, queda de 15% em relação ao resultado alcançado em 2015, que foi de R\$ 183,2 bilhões.

O volume de recursos liberados deve ter queda de 15,8%, passando de R\$ 92 bilhões para R\$ 77,5 bilhões.

Poupança volta a perder recursos e saque no ano já soma R\$ 50,5 bi

07/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O volume de recursos que os investidores sacaram da poupança em setembro, já descontadas as aplicações, foi de R\$ 2,352 bilhões, informou o Banco Central. Os saques líquidos de setembro foram inferiores aos verificados em agosto, quando R\$ 4,466 bilhões deixaram a poupança.

Com o resultado do mês passado, a fuga dos investimentos da caderneta de poupança de janeiro a setembro deste ano chegou a R\$ 50,539 bilhões. O resultado ficou próximo dos R\$ 53,791 bilhões de saques líquidos verificados no mesmo período de 2015 – este o maior volume de saques na série histórica do Banco Central, iniciada em janeiro de 1995, para os nove primeiros meses do ano.

Em 2016 até o momento, em função da crise econômica, que faz as famílias recorrerem aos recursos da poupança para fechar as contas, foram verificados saques líquidos em todos os meses: R\$ 12,032 bilhões em janeiro, R\$ 6,639 bilhões em fevereiro, R\$ 5,380 bilhões em março, R\$ 8,246 bilhões em abril, R\$ 6,592 bilhões em maio, R\$ 3,718 bilhões em junho, R\$ 1,115 bilhão em julho, R\$ 4,466 bilhões em agosto e, agora, R\$ 2,352 bilhões em setembro.

A deterioração da caderneta neste ano se dá por conta da piora do cenário econômico, com a alta da inflação e do aumento do desemprego. Além disso, outros investimentos se tornaram mais atrativos ao apresentarem rentabilidade maior.

A remuneração da poupança é formada por uma taxa fixa de 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) – esse cálculo vale para quando a Selic (a taxa básica de juros) está acima de 8,5% ao ano. Atualmente, ela está em 14,25% ao ano.

85% dos empresários não vão contratar neste fim de ano, dizem CNDL e SPC

07/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

As contratações de fim de ano serão escassas. Pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e da SPC Brasil mostrou que 84,6% dos empresários não contrataram nem pretendem contratar funcionários, mesmo temporários, nos últimos meses do ano.

Os empresários que têm intenção de contratar correspondem a apenas 15,4% dos entrevistados. No total, serão criados 27,2 mil postos de trabalho nos setores de varejo e serviço, ante 24,4 mil no mesmo período de 2015.

O levantamento apontou que entre os entrevistados que não vão contratar 46,6% justificam que não têm necessidade de aumentar o quadro de funcionários, enquanto 13,2% têm baixa expectativa em relação à demanda do fim do ano e 12,2% não têm recursos suficientes para arcar com contratações. Quase 46% desses empresários tampouco vão alterar a jornada de trabalho nos próximos meses por não haver aumento expressivo no número de clientes.

Entre os entrevistados que pretendem contratar, a maioria afirma que os contratos não terão carteira assinada (37,9%), especialmente no setor de serviços. Outros 30,6% afirmam que as contratações serão formalizadas e 23,1% vão optar por terceirizados.

A maior parte dos que vão contratar (47%) pretende dispensar a mão de obra temporária após três meses e apenas 26% pretendem efetivar os funcionários temporários. Em 2015, essa parcela era de 39,4%.

Em relação às vendas, a pesquisa mostrou que três em cada dez dos empresários entrevistados (31,4%) acreditam que as vendas serão inferiores neste fim de ano comparadas às de 2015, principalmente no setor de serviços (35,4%).

Os otimistas representam apenas 22,9% da amostra e 35,6% acham que as vendas vão repetir o desempenho do ano passado, período também marcado pelas dificuldades econômicas.

O levantamento trouxe também o dado de que 11,8% dos empresários ouvidos demitiram alguém nos três meses anteriores à pesquisa, 44,8% deles alegando a necessidade de redução da folha de pagamento como justificativa.

Decreto disciplina Simples Exportação para micro e pequenas empresas

07/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer editou o Decreto 8.870/2016, que trata do procedimento simplificado de exportação, denominado Simples Exportação, destinado às microempresas e às empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional.

De acordo com o decreto, o Simples Exportação deve observar “unicidade do procedimento para registro das operações de exportação, na perspectiva do usuário; entrada única de dados; processo integrado entre os órgãos envolvidos; e acompanhamento simplificado do procedimento”.

O decreto ainda diz que as operações do Simples Exportação poderão ser realizadas por meio de operador logístico, empresas prestadoras de serviço de logística internacional, que precisam ser habilitados pela Receita Federal. “O operador logístico deverá oferecer, no mínimo, os serviços relativos a habilitação, licenciamento

administrativo, despacho aduaneiro, consolidação de carga, transporte e armazenamento das mercadorias objeto da prestação do serviço, por meio próprio ou de terceiros”, cita o texto.

Os procedimentos simplificados serão executados no Portal Único de Comércio Exterior, com “a dispensa de licença de exportação, exceto no caso de controles sanitários e fitossanitários, de proteção do meio ambiente e de segurança nacional, ou em virtude de acordos e obrigações internacionais; a prioridade na realização de verificação física da mercadoria a exportar, quando for o caso, respeitado o estabelecido para os Operadores Econômicos Autorizados (OEA); e a preferência na análise nos casos de controles sanitários e fitossanitários, de proteção do meio ambiente e de segurança nacional, quando estes devam ser realizados, conforme ato do órgão competente”.

O decreto está publicado no Diário Oficial da União (DOU) e leva a assinatura também dos ministérios da Fazenda; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Secretaria de Governo, a qual a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa é vinculada.

Participe: Semana Empresarial em São José dos Pinhais

07/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

Uma semana inteira de palestras e consultorias gratuitas, focadas nas melhores soluções de crescimento para micro e pequenos negócios. De 17 a 21 de outubro, o município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, recebe a Semana Empresarial, uma promoção do Sebrae/PR, em parceria com a prefeitura, Associação Comercial de São José dos Pinhais (Aciap), Sicoob, Sala do Empreendedor e Ponto de Atendimento ao Empreendedor.

A consultora do Sebrae/PR Mariléa Britto explica que a ação aborda temáticas variadas para quem já é microempreendedor individual (MEI), para empresários de micro e pequenas empresas, ou para quem tem intenção de abrir um negócio, mas não sabe por onde começar. “Nossa intenção é levar palestras, consultorias, informações úteis aos empresários e potenciais empresários de São José dos Pinhais”, afirma.

A abertura da Semana Empresarial ocorre às 8h30 do dia 17, com um café da manhã na Aciap, seguido da palestra “Os inimigos íntimos da rentabilidade das empresas”, ministrada por Jorge Lunardi. Ele vai tratar das diversas não conformidades nos ambientes empresariais, nem sempre percebidas ou contabilizadas e que podem provocar perda no volume, na qualidade e na continuidade das vendas, com a consequente perda de rentabilidade nos negócios.

No dia 18, às 19 horas, no auditório do Paço Municipal, o assunto em pauta será o turismo. “Essa palestra é voltada para o pessoal que tem pousadas, restaurantes, hotéis, e até para os taxistas, que trabalham diretamente com pessoal que chega ao aeroporto. Será abordado o atendimento ao turista, o que é relevante de informação sobre o município que o atraia para ficar em São José dos Pinhais e conhecer as atrações que a cidade oferece”, detalha Mariléa.

Na tarde do dia 19, também no auditório do Paço, haverá uma palestra sobre Plano de Negócios, tanto para empresários já estabelecidos, que almejam o crescimento da empresa, como para quem vislumbra abrir um negócio e quer planejar os passos necessários para isso. “No dia 20, durante todo o dia, consultores do Sebrae estarão disponíveis na Aciap, para atendimentos individuais. Toda a programação é totalmente gratuita”, reforça Mariléa.

Fechando a Semana, o consultor Leandro Krug dá a palestra “Criatividade – destrave a mente para inovar”, a partir das 15 horas do dia 21, no auditório da Aciap. “Essa

palestra sobre inovação tem como objetivo abrir a cabeça do empreendedor e levá-lo a pensar em como pode inovar em seu negócio”, adianta a consultora.

Entre os tópicos abordados na palestra estarão: A criatividade é um potencial de todos; Já somos criativos todos os dias; Como a criatividade move a economia; Como as empresas têm utilizado maneiras criativas para oferecer produtos e serviços; Onde e como posso inovar na minha empresa; Quais hábitos colocarão a criatividade a serviço da inovação da minha empresa; Não bastam apenas ideias... a execução é o que vale.

As inscrições devem ser feitas pela Central de Relacionamento do Sebrae/PR, no 0800 570 0800. No mesmo número, é possível obter informações sobre a programação.

Custo da cesta básica cai 1,5% em Curitiba; vilã da vez é banana

07/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

O custo da cesta básica caiu em 14 e subiu em 13 capitais em setembro, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). As maiores altas ocorreram em Brasília (2,37%), Salvador (1,46%), Fortaleza (1,42%) e Recife (1,06%).

Já as maiores baixas foram em Macapá (-5,18%), Goiânia (-4,31%), Campo Grande (-1,95%) e Belo Horizonte (-1,88%). Em Curitiba, o custo da cesta caiu 1,5%, custando R\$ 424,84. No ano, Curitiba é a segunda cidade com segundo menor aumento da cesta básica, com 8,45%. Além de de Curitiba, os menores aumentos ocorreram em Florianópolis (5,89%) e Manaus (9,15%).

Em Curitiba, a batata é o produto com maior queda de preço, -24,67% em setembro. O leite também registrou queda de preço em setembro, -8,64%. O produto com maior aumento de preço na capital paranaense foi a banana com aumento de 11,49%.

Porto Alegre foi a capital que registrou o maior custo para a cesta básica (R\$ 477,69), seguida de São Paulo (R\$ 471,57) e Brasília (R\$ 461,99). Os menores valores médios foram registrados em Natal (R\$ 367,54) e Aracaju (R\$ 371,30). Entre janeiro e setembro, todas as cidades acumularam alta. As maiores variações foram em Boa Vista (22,02%), Maceió (21,67%) e Salvador (21,54%).

Em setembro, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 4.013,08, ou 4,56 vezes o mínimo de R\$ 880. Em agosto, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 3.991,40, o que é equivalente a 4,54 vezes o piso vigente.

Em setembro, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica foi de 103 horas e 31 minutos, menor que a jornada calculada para agosto, de 104 horas. Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social, verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em setembro, 51,14% dos vencimentos para adquirir os mesmos produtos que, em agosto, demandavam 51,38%.

Governo quer concluir proposta da Previdência ainda em outubro

07/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou nesta quinta-feira (6) que a intenção do governo federal é enviar até o final deste mês a proposta da reforma previdenciária para a Câmara dos Deputados. Segundo ele, nesta quinta-feira (6), o estudo técnico elaborado pela equipe econômica será entregue ao presidente Michel Temer, que dará início a uma rodada de reuniões com empresários, sindicalistas e parlamentares para fechar a versão final.

"Hoje à tarde está programado que o grupo de trabalho passe ao presidente o que é a proposta previdenciária. Ele terá um olho crítico de quem já foi relator e poderá colocar a sua marca pessoal. E, depois, ele começará o debate com as centrais sindicais e com as confederações dos empregadores", disse. Segundo ele, a proposta fechada deve ser enviada ao Congresso Nacional ainda durante a tramitação da proposta do teto de gastos, "presumivelmente ao curso de outubro".

Para a semana que vem, o Palácio do Planalto já marcou reunião com as centrais sindicais para discutir a reforma previdenciária. O encontro foi agendado para a próxima terça-feira (11).

Com o objetivo de aprovar a proposta do teto de gastos no início da próxima semana, o presidente marcou reunião nesta quinta-feira (6) com governadores contemplados com a renegociação das dívidas estaduais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Espírito Santo.

O objetivo do encontro é pedir aos governadores que eles atuem junto às suas bancadas estaduais pela aprovação do teto de gastos, já que o governo federal pretende enviar uma nova iniciativa que fixe limites de despesas também para as unidades da federação.

Caminhões vivem clima mais favorável

07/10/2016 – Fonte: Automotive Business



Com menos dias úteis que agosto, setembro anotou 4,2 mil caminhões emplacados e queda de 4,6%. O número, porém, já não preocupa tanto os fabricantes do setor: "Aparentemente, o mercado parou de cair e se estabilizou nesse patamar, entre 4 mil e 4,2 mil unidades.

O clima é mais positivo, o telefone voltou a tocar", afirma Luiz Carlos Gomes de Moraes, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e diretor de relações institucionais da Mercedes-Benz do Brasil.

Ele se refere não a um crescimento efetivo de negócios, mas ao retorno das consultas sobre produtos, o que indica aumento da confiança. No acumulado até setembro foram licenciados 38,9 mil caminhões, registrando queda de 30% ante o mesmo período do ano passado. "Fecharemos o ano com cerca de 52 mil caminhões", diz Moraes.

As exportações do setor em setembro somaram 2,5 mil unidades. Inflado por um grande embarque, o número foi 66,9% maior que o de agosto e superou setembro de 2015 em 28,8%. Com esse volume expressivo, o acumulado do ano soma agora 15,2 mil unidades exportadas, apenas 0,7% a menos do que no mesmo período de 2015. "Devemos fechar o ano com alta nas exportações", afirma Moraes.

Vale dizer que no acumulado até junho os embarques registravam queda de quase 7%. "As empresas têm feito um esforço muito grande, todas estão investindo em mercados 'não tradicionais' como os da África. Mas o efeito mais relevante vai aparecer mesmo é em 2017", admite o executivo.

A produção de caminhões em setembro ficou pouco acima de 4,8 mil unidades, registrando queda de 7% ante agosto. No acumulado do ano o País montou 46,4 mil unidades, volume 21,7% menor que o anotado nos mesmos nove meses de 2015. A

queda mais expressiva, de 40,4%, ocorre para os semipesados, com 13,6 mil unidades montadas até setembro. Esse tipo de caminhão (bastante utilizado para transporte de eletrodomésticos e linha branca) reflete a situação do varejo.

PRODUÇÃO DE ÔNIBUS RECUA 22,5%

No acumulado até setembro o País fabricou 14,5 mil ônibus, total 22,5% menor que o anotado no mesmo período de 2015. A queda nos licenciamentos é ainda maior, 32,2%.

No ano todo foram emplacadas apenas 9,3 mil unidades. A retração decorre da crise econômica e também da impossibilidade de realização de licitações em período de eleição municipal. A Anfavea espera retomada em 2017, motivada especialmente pela renovação de frota na cidade de São Paulo.

“Dividimos os ônibus em quatro segmentos: o urbano, à espera das licitações; o escolar, parado à espera de programas de governo (Caminho da Escola); o de fretamento, em que ocorre grande ociosidade; e o rodoviário, com renovações pontuais”, recorda Moraes.

As exportações de ônibus somaram até setembro quase 7 mil unidades, 33,8% a mais que nos mesmos nove meses de 2015. O crescimento foi motivado especialmente pelos modelos urbanos, que responderam por 4,3 mil veículos embarcados (alta de 62,1%).

Exportação de veículos segue tendência positiva

07/10/2016 – Fonte: Automotive Business

As exportações de veículos permanecem como a saída para a indústria nacional em mais ano de forte contração no mercado interno. A Anfavea, associação que representa as montadoras, aponta que houve aumento de 19,2% nos volumes vendidos a outros países entre janeiro e setembro, para 351,1 mil unidades. Com o resultado, as fabricantes se aproximam da meta de vender 507 mil veículos nacionais em outros países em 2016.

Em setembro estes negócios somaram 38,7 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. O volume é 15,8% maior do que o registrado no mesmo mês do ano passado, mas fica 3,5% abaixo do anotado em agosto. Mais uma vez, a interrupção na produção das fábricas brasileiras da Volkswagen atrapalhou a performance da indústria.

A montadora, maior exportadora de carros do Brasil, teve problemas com a entrega de componentes de alguns fornecedores e só começou a retomar a operação no dia 16 de setembro. “Nos próximos meses deve acontecer aumento das exportações para compensar as entregas atrasadas”, projeta Antonio Megale, presidente da Anfavea.

Entre os segmentos, o maior incremento no acumulado do ano foi o de ônibus, com alta de 33,8% e 6,9 mil chassis negociados em outros mercados.

As entregas de veículos leves subiram 20%, para 328,9 mil unidades de janeiro a setembro. Já as vendas internacionais de caminhões permaneceram praticamente estáveis, com leve baixa de 0,7%, para 15,2 mil veículos.

Enquanto o volume de exportações aumenta, o faturamento com estes negócios diminui. Houve redução de 3,2% nos primeiros nove meses do ano, para US\$ 7,69 bilhões.

O montante inclui veículos, máquinas e até peças de reposição vendidas pelas montadoras em outros mercados. Em setembro as exportações brasileiras somaram US\$ 991,4 milhões, com aumento de 7,8% sobre agosto e de 18,4% na comparação com o registrado há um ano.

“Houve mudança no mix exportado. Até o fim do ano devemos chegar ao resultado que tivemos no ano passado”, estima Megale. Em 2015 a indústria somou US\$ 10,95 bilhões em receitas obtidas no mercado internacional.

Para Anfavea, setembro foi fora da curva

07/10/2016 – Fonte: Automotive Business



Para a associação dos fabricantes de veículos, a Anfavea, o resultado ruim de vendas em setembro, o terceiro pior mês do ano, foi um ponto fora da curva, causado por fatores que não devem mais se repetir.

“A retração mais acentuada teve basicamente três causas: a primeira foi o número menor de dias úteis, dois a menos que agosto; teve também a greve dos bancos que atrapalhou as concessões de financiamentos; e por último uma de nossas associadas (Volkswagen) teve paralisação na produção e isso acabou afetando o mercado”, explicou Antonio Megale, presidente da Anfavea.

Megale destacou que as vendas financiadas corresponderam a apenas 59,1% dos negócios no mês, “um dos níveis mais baixos já registrados na história, que certamente foi causado pela greve dos bancos”, que já dura mais de 30 dias “e atrapalhou o fechamento de novos contratos”.

O dirigente avalia que a situação deve ser resolvida ainda esta semana. Levando em conta também a retomada da produção na Volkswagen, a expectativa é que o último trimestre seja o melhor do ano, já apontando para a volta da expansão das vendas em 2017, mesmo que timidamente.

“Não sabemos ainda de quanto pode ser esse crescimento, mas temos convicção que o resultado será positivo”, avalia. A Anfavea manteve sua projeção para 2016 de 2 milhões de emplacamentos.

O presidente da Anfavea diz que ainda não há sinais reais de crescimento no horizonte, mas de certa estabilidade. “A retomada só acontecerá de fato quando a economia voltar a crescer, após a adoção de medidas como o limite de gastos do governo, que deve ser aprovado na próxima semana”, confia Megale.

Como sinal positivo, o dirigente destacou que a soma de vendas de veículos novos e seminovos (com até três anos de uso) voltou a crescer, com alta de 1,7% nos negócios acumulados de janeiro a setembro em comparação com o mesmo período de 2015.

“Isso mostra que a vontade de aquisição continua presente, é mais um fator positivo que sinaliza um clima mais positivo, acompanhado pelo aumento dos índices de confiança do consumidor.”

RESULTADO NEGATIVO

Setembro de fato postergou o ciclo de recuperação do mercado brasileiro de veículos. As 160 mil unidades vendidas representaram expressiva retração de 13% sobre agosto, Na comparação com o mesmo mês do ano passado a queda foi de 20%.

De janeiro a setembro foram vendidos 1,5 milhão de veículos no País, aprofundando assim o recuo sobre o ano passado para 22,8%. Isso significa que é necessária a venda de 167 mil unidades/mês, em média, para atingir a previsão da Anfavea para este ano. Este volume vinha sendo alcançado desde maio e só foi interrompido no mês passado. Por isso os fabricantes confiam que será possível chegar às 2 milhões de unidades em 2016.

Grupo Açotubo apresenta expansão e amplia estoque da divisão de conexões

07/10/2016 – Fonte: CIMM

O Grupo Açotubo, distribuidora de produtos siderúrgicos do Brasil, apresenta sua expansão com a ampliação de toda a linha de materiais do estoque da Divisão de Conexões. A área passa a ocupar um espaço de mais de 5.000m² e visa atender a todos os mercados de atuação da companhia como curvas, flanges, tees, material fojado e maleável, entre outros.

A movimentação acontece em virtude de uma demanda de mercado esperada pela empresa, que já planeja a ampliação de outras divisões.

"Nosso estoque gira em torno de R\$16 milhões só em conexões e, com a ampliação, a área tem capacidade de crescer pelo menos 50%. Como acreditamos que esse mercado voltará a crescer já estamos preparados para qualquer expansão", afirma J.A. Ribamar Bassi, Diretor Comercial do Grupo Açotubo.

Entre as facilidades apontadas pela mudança está a tecnologia investida pelo Grupo na expansão: todos os materiais são etiquetados e com códigos de barras, permitindo maior facilidade na separação e entrega de produtos ao cliente. Além disso, a ampliação também permite que o consumidor adquira todos os produtos em um só local, com rapidez e eficiência, facilitando a negociação.

Em pleno crescimento, a nova Divisão já está em operação. Até o próximo ano, a companhia planeja iniciar também a ampliação da Divisão de Inoxidáveis.

Inflação desacelera para 0,08% em setembro, aponta IBGE

07/10/2016 – Fonte: CIMM



A inflação desacelerou em setembro para 0,08%, divulgou, na manhã desta sexta-feira (7) o IBGE. O indicador veio abaixo do verificado um mês antes, em setembro, de 0,44%. É a menor taxa para o mês de setembro desde 1998. A última vez que o país viu inflação em nível tão baixo foi em julho de 2014, quando esteve em 0,01%.

No acumulado do ano, a inflação foi de 5,51%. Já nos 12 meses encerrados em setembro, o indicador esteve em 8,48%, acima do teto da meta do governo, de 6,5%.

Houve uma queda generalizada de preços na virada de agosto para setembro. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, apenas três tiveram aceleração —habitação (0,63%), vestuário (0,43%) e comunicação (0,18%).

Outros três grupos tiveram queda no mês: alimentação e bebidas (-0,29%), artigos de residência (-0,23%) e transportes (-0,10%).

ALIMENTOS

O alívio no preço dos alimentos foi o principal motivo para a inflação mais branda em setembro. O leite, por exemplo, que vinha de altas sistemáticas desde o início do ano, teve queda de 7,89% em setembro. No acumulado do ano, contudo, a alta é de 40,69%.

A queda de preço do produto, muito consumido pelos brasileiros, foi a de maior impacto positivo na inflação de setembro, de 0,10 pontos percentuais no indicador.

Produtos que tiveram altas expressivas no início do ano deram um frescor no bolso do brasileiro. Vilã da inflação no meio do ano, a batata inglesa registrou deflação de 19,24%. Outros produtos básicos da dieta brasileira também caíram de forma significativa. Caso do alho (-7,45%), cenoura (-5,34%), feijão-carioca (-4,61%) e das hortaliças (-4,42%).

Só uma em cada quatro empresas sobrevive após recuperação judicial

07/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O número de empresas que deram entrada no pedido de recuperação judicial no Brasil bateu recorde histórico no mês passado. E, se depender do histórico do dispositivo, apenas 1 em cada 4 vai efetivamente conseguir retomar as operações.

Segundo especialistas, o mais provável é que a companhia que vai sobreviver seja de médio ou grande porte, enquanto que a maior parte das pequenas e micro que recorrerem ao socorro ficará pelo caminho.

Estudo inédito do birô de crédito Serasa Experian acompanhou 3.522 empresas que tiveram a recuperação judicial deferida entre junho de 2005 –ano em que a lei foi criada– e dezembro de 2014. Desse número, 946 companhias tiveram o processo encerrado no período. Delas, apenas 218 (ou 23%) voltaram à ativa. A realidade para as demais 728 foi ter a falência decretada.

A perspectiva é que a taxa de sucesso caia, considerando que o estudo foi concluído antes que a crise econômica que afeta o país fizesse mais vítimas no mercado, principalmente entre as micro e pequenas empresas.

Neste ano, o indicador da Serasa que mede a quantidade de companhias que deram entrada no pedido de recuperação judicial vem batendo recorde. Até setembro, o número de solicitações disparou 62% ante os primeiros nove meses de 2015: 1.479 empresas pediram recuperação.

O estudo da Serasa não conclui se a taxa de sucesso é positiva ou negativa.

"Não é um estudo voltado para trazer informação conjuntural", diz Luiz Rabi, economista da Serasa.

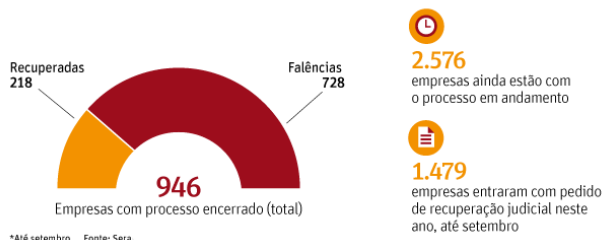
Apesar disso, ele pondera: "Fica o questionamento: se eu não estou conseguindo recuperar nem metade das empresas, o instrumento talvez não esteja cumprindo de forma eficiente o objetivo para o qual foi gerado".

Editoria de Arte/Folhapress

CORDA NO PESCOÇO

Número de empresas com pedidos de recuperação judicial bate recorde em 2016*

Recuperação difícil Só 23% das empresas conseguiram voltar à ativa



ATRASSO

Alguns fatores desequilibram a balança e ajudam a definir se a empresa terá sucesso ou não no processo.

Um dos principais é o momento de pedir a recuperação. "Boa parte das empresas menores ainda funciona em esquema familiar, então é difícil para o patriarca admitir que precisa de ajuda para sair do vermelho", diz Fabio Cortezzi, assessor jurídico da FecomercioSP.

O timing certo é apontado por Luiz Antônio Nogueira, diretor financeiro da varejista de informática Cecomil, como diferencial para a recuperação que a empresa enfrentou nos últimos dois anos. "Se a gente tivesse demorado mais três ou quatro meses para entrar, seria questão de tempo para a empresa fechar", diz.

Artigo: Tendências antiglobalização mostram que Brasil tem de mirar o seu mercado

07/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Forças protecionistas emergem em várias regiões do mundo contra a globalização. Na Europa, o primeiro grande movimento culminou com a decisão que aprovou, em referendo, a saída do Reino Unido da União Europeia.

O "brexit", como ficou conhecida a decisão de 23 de junho, foi até agora a principal manifestação popular desglobalizante, mas outras declarações e outros fatos apontam para a mesma direção.

Na França, a ascensão dos ultraconservadores da Frente Nacional, partido comandado por Marine Le Pen, representa uma clara opção por ideias protecionistas e, naturalmente, contra a globalização.

Na Alemanha, a chanceler Angela Merkel teve de recuar de sua política humanitária de abertura de fronteiras para milhares de refugiados que chegam à Europa.

O mais emblemático de todos os movimentos antiglobalização se dá, sem dúvida, nos Estados Unidos. Às vésperas das eleições presidenciais, continua com chances de vitória o candidato republicano, Donald Trump.

Mesmo contra a opinião de parcela importante do partido, ele conseguiu no voto popular a indicação para concorrer contra a democrata Hillary Clinton em 8 de novembro. E Trump obteve êxito com um discurso marcadamente contra a imigração e os acordos internacionais de comércio. Propôs, inclusive, a construção de um muro para separar os EUA do México.

Por vontade política ou por razões econômicas, o movimento globalizante perdeu força a partir da grande crise econômica mundial de 2008. Os fluxos de comércio globais, que cresceram vigorosamente nas décadas anteriores, caíram após a crise mundial e estão praticamente estagnados. O mesmo ocorre com os fluxos de capitais.

Diante das dificuldades impostas pela crise, as grandes economias mundiais criaram inúmeras medidas para proteger seus mercados até 2009, mais de 2.000, de acordo com a Organização Mundial de Comércio (OMC). Com a retomada de crescimento econômico moderado, algumas dessas barreiras foram eliminadas, mas a maioria permanece até hoje.

Caso Trump seja eleito presidente nos Estados Unidos e cumpra suas promessas, novas barreiras serão impostas contra a China, o México e outros países da América Latina.

A convicção dos economistas é de que a tendência antiglobalizante não deve prevalecer no longo prazo, num mundo cada vez mais conectado por transportes e comunicações.

Está claro, porém, que não se pode apostar muito na expansão comercial global no curto e médio prazos para recuperar a economia brasileira. Segundo a OMC, o comércio mundial enfrenta forte desaceleração: deve crescer apenas 1,7% neste ano, abaixo da taxa de expansão do PIB mundial, de 3%. Mais do que nunca, ante essa tendência, é preciso olhar com atenção para o enorme mercado interno brasileiro.

A moral da história é que, para superar sua crise atual, o Brasil terá que, o mais rapidamente possível, pensar em medidas para estimular o consumo interno. E o incentivo ao crédito e a redução de taxa de juro são ingredientes obrigatórios nessa receita.

As medidas para equilibrar contas públicas, como a PEC 241, que limita o aumento dos gastos públicos, são necessárias. Mesmo que bem-sucedidas, porém, elas não colocarão o país automaticamente de volta à rota do crescimento, especialmente num momento em que há graves ameaças à globalização, em geral, e ao comércio internacional, em particular.

(Benjamin Steinbruch- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

Editorial: A advertência da indústria

07/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Decepcionante por vários motivos, o resultado da produção industrial em agosto contém sérias advertências aos que já anteviam o início da recuperação da economia. Decepcionante por vários motivos, o resultado da produção industrial em agosto contém sérias advertências aos que já anteviam o início da recuperação da economia: pelo menos no caso da indústria, talvez o fundo do poço ainda não tenha sido alcançado; e, se foi, a saída será mais lenta do que se previa.

A queda de 3,8% da produção industrial em agosto na comparação com julho – aferida pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – não apenas foi bem mais acentuada do que a projetada por economistas do setor privado, como interrompe uma sequência de cinco altas mensais consecutivas.

A quebra da produção sugere que tinha pouca consistência a trajetória ascendente observada nos meses anteriores. Era essa trajetória que estimulava avaliações otimistas sobre a recuperação da indústria, o setor mais duramente atingido pela crise que assola o País desde meados de 2014. Fortemente dependente das encomendas internas, a produção industrial tem sua evolução condicionada à recuperação do poder de compra da população, e este continua em queda.

A queda registrada em agosto é a mais intensa desde janeiro de 2012, estendeu-se pela grande maioria dos setores pesquisados (21 dos 24) e alcançou 5,2% na comparação com o resultado de um ano antes. É a 30.^a queda seguida na comparação com os dados do mesmo mês do ano anterior.

Dois setores afetaram de maneira mais aguda o desempenho da indústria em agosto: a indústria automobilística e a de alimentos. A produção de veículos caiu 10,4% de julho para agosto e a de alimentos, 8,0%. A principal causa apontada para a queda da produção de veículos foi a paralisação de uma fábrica em São Bernardo do Campo, por problemas com fornecedores de autopeças; o responsável pela redução da produção de alimentos foi o clima, que prejudicou a indústria de açúcar.

O peso das montadoras no desempenho de todo o setor industrial – sua atividade influi na produção de bens intermediários e de componentes – acabou afetando fortemente o resultado de agosto.

O fato de problemas episódicos terem tido grande influência no desempenho da indústria pode sugerir que, com sua superação, os resultados dos meses seguintes serão melhores. De fato, o mau desempenho da indústria automobilística em agosto tende a se dissipar daqui até o fim do ano, o que, se ocorrer, contribuirá para melhorar os resultados de todo o setor secundário.

As vendas de autos, como de outros bens duráveis de valor mais alto, no entanto, dependem da oferta e do custo do financiamento e da confiança do consumidor. Nenhum desses fatores determinantes das vendas desses bens está presente na economia.

A crise tornou as instituições financeiras muito mais rigorosas e seletivas na concessão de empréstimos e, por causa da persistência da inflação muito acima da meta, a política monetária conduzida pelo Banco Central continua restritiva. Em resumo, o crédito é escasso e caro.

Quanto a emprego e renda, as mais recentes pesquisas do IBGE mostram o aumento do número de trabalhadores à procura de ocupação – são mais de 12 milhões –, enquanto continuam a cair o rendimento real dos que estão empregados e a massa salarial real.

Um sinal alentador foi dado pela indústria de bens de capital, cuja produção avançou 0,4% em agosto. Isso poderia indicar a recuperação dos investimentos indispensáveis para assegurar a retomada do crescimento. É preciso avaliar esse resultado com cautela.

O aumento se dá sobre uma base muito deprimida (a indústria de máquinas e equipamentos ainda opera num nível 41,6% inferior ao do pico registrado em setembro de 2013).

Além disso, esse aumento parece insuficiente para impulsionar a formação bruta de capital fixo – medida dos investimentos na composição do Produto Interno Bruto (PIB) –, integrada também pelas aplicações na construção civil. Tudo isso reforça o cenário de nova redução do PIB no terceiro trimestre.

No Senado, secretária do Tesouro defende equilíbrio fiscal

07/10/2016 – Fonte: Portal Contábil

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, defendeu que equilíbrio e responsabilidade fiscal são dois pilares de sustentação importantes para a sociedade brasileira. A fala dela ocorreu durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

Vescovi explicou aos parlamentares que a crise que o Brasil começa a resolver se mostrou mais aparente a partir de 2014, com uma “grande perda de confiança” de investidores, empresários e famílias.

A situação se acentuou de tal forma, lembrou Ana Paula, que o País perdeu o grau de investimento, uma espécie de selo que diz se uma economia é confiável para receber investimentos estrangeiros.

Esse processo, informou a secretária, levou ainda a perda de 2,2 milhões de empregos. “Temos de aprender lições com a nossas histórias. Podemos aprender coma crise que estamos passando e estamos aprendendo que equilíbrio fiscal e responsabilidade fiscal são sustentação importante para nossa sociedade”, argumentou.

PEC 241

“Assim como o brasileiro não aceita mais conviver com inflação, que faz questão de cobrar seu direito, o brasileiro não deveria abrir mão nunca mais da responsabilidade com as contas públicas”, defendeu.

O governo, para devolver o equilíbrio fiscal ao Brasil, fez uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para criar um limite para a expansão dos gastos públicos.

Com essa medida aprovada, o Orçamento passará a ter crescimento real zero, o que vai tirar o País do quadro de déficit fiscal e criará condições para que o Brasil volte a crescer e gerar renda.

Reforma da previdência

A secretária explicou ainda que a sociedade tem de discutir o mérito dos regimes especiais de previdência. “A sociedade está pagando para que as pessoas se aposentem mais cedo ou de forma especial. Nós estamos falando de recursos que poderiam ser entregues à sociedade em forma de mais hospital, mais escola”, ponderou

Ela observou que a forma como os recursos públicos são gastos é uma escolha da sociedade, que precisa estar ciente do que está ocorrendo com seus impostos.

“O Brasil tem situação diferente do resto do mundo. Nó damos suporte às previdências públicas muito mais que os outros países. Isso nos tira capacidade de investir mais, de crescer. Isso tira oportunidade dos nossos jovens”, afirmou.

Rose de Freitas quer aumentar correção do FGTS e liberar saque para quem pedir demissão

07/10/2016 – Fonte: Portal Contábil

Dois projetos de lei do Senado que modificam as regras do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foram apresentados nesta semana pela senadora Rose de Freitas (PMDB-ES). O [PLS 357/2016](#) aumentar a alíquota de correção das contas vinculadas do fundo e o [PLS 359/2016](#) permite a movimentação da conta do FGTS ao trabalhador que pedir demissão.

As Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) – esta, em decisão terminativa – deverão se manifestar sobre o reajuste da alíquota de remuneração do fundo.

Atualmente, a [Lei nº 8.036/1990](#) estabelece a remuneração dos depósitos pela variação da Taxa Referencial (TR) mais juros de 3% ao ano. Pela proposta da senadora, o FGTS terá uma correção de 12% ao ano nos três primeiros anos após a vigência da nova lei e, a partir do quarto ano, os juros seguiriam a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Rose de Freitas argumenta, na justificativa do PLS 357/2016 que, “ao proporcionar um rendimento anual correspondente à variação da TR mais 3%, a conta vinculada do FGTS mantém-se em um patamar de ganhos bem abaixo dos demais”.

Isso, argumenta a senadora, é que possibilita o financiamento subsidiado dos programas habitacionais e de infraestrutura no país. Ocorre, no entanto, observa a senadora, que, “justamente em função dos baixos rendimentos das contas vinculadas, tem sido possível ao fundo a obtenção de lucros líquidos anuais da ordem de R\$ 13 bilhões, não repassados para as contas vinculadas, consubstanciando um patrimônio líquido que, ao final de 2016, deverá ultrapassar os R\$ 100 bilhões.”

Ao propor a majoração da remuneração dos depósitos do FGTS, a senadora pretende viabilizar o repasse de parte desse patrimônio líquido acumulado às contas vinculadas. Rose de Freitas acredita ser possível beneficiar o trabalhador com o aumento do rendimento das contas do fundo sem por em risco o financiamento subsidiado dos programas habitacionais e de infraestrutura.

Pedido de demissão

Quanto à liberação do FGTS para o trabalhador que pedir demissão, vai ser analisada apenas pela CAS, em decisão terminativa. A senadora lembra que a legislação que rege o fundo reúne, em 18 dispositivos, as hipóteses para saque dos recursos da conta vinculada, sendo as mais comuns a demissão sem justa causa e a aposentadoria.

A exclusão dessa possibilidade de saque é vista pela autora do PLS 359/2016 como incentivo a uma relação desequilibrada entre patrão e empregado.

“Quando a rescisão ocorre por iniciativa do empregador, os créditos são liberados; quando o empregado inicia o processo de rescisão, os créditos são retidos. Ora, essa diferença de tratamento é injustificável, valorizando sobremaneira as razões do empregador.”, argumenta a senadora na justificativa do projeto.

Outro descompasso observado por Rose de Freitas é o fato de os saldos das contas vinculadas retidas nas demissões a pedido terem atualização monetária insuficiente e beneficiarem apenas o sistema financeiro que sustenta as políticas habitacionais.

No seu ponto de vista, isso fere a autonomia dos trabalhadores, que devem ter o direito de usufruir de seus fundos de poupança e reserva nos momentos que julgar mais conveniente.

Na FIESC, ministro anuncia ampliação do Brasil mais produtivo para 2017

07/10/2016 – Fonte: Portal Contábil

O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) e o Programa Brasil Mais Produtivo foram lançados oficialmente em Santa Catarina nesta quinta-feira (6), em Florianópolis, na Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), com a participação do ministro de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Pereira.

No caso do Mais Produtivo, que deverá atender 3 mil indústrias de todo o País, 280 das quais em Santa Catarina, ele antecipou que está em estudo a ampliação do Programa e em breve será anunciado o aumento do número de vagas para 2017. O ministro também informou que ainda este ano será lançada a versão piloto do Brasil Mais Produtivo Eficiência Energética, ação que será aplicada em todo o País no ano que vem.

Em seu discurso, o presidente da FIESC, Glauco José Côrte, fez um panorama do comércio exterior catarinense e chamou a atenção para a importância do PNCE e das iniciativas da FIESC para ampliar o número de micro e pequenas no comércio internacional.

Ele citou como exemplo a criação da Câmara de Desenvolvimento da Micro e Pequena Indústria. "Tendo como marco o dia de hoje, daremos sequência ao cumprimento da agenda de internacionalização de modo que possamos nortear nossas ações. Acreditamos fortemente que incrementaremos o número de empresas internacionalizadas, o volume das exportações e a diversificação da pauta de comércio exterior", reforçou.

Côrte disse ainda que o Brasil Produtivo é uma excelente iniciativa de apoio ao aumento da produtividade da indústria brasileira. "A elevação da produtividade é fator essencial para que o Brasil obtenha crescimento econômico sustentado e prosperidade no futuro.

Estudos demonstram que nos últimos anos a produtividade brasileira, em especial a do trabalho, ou declina ou cresce menos do que a média mundial, o que na prática nos deixa menos competitivos em relação ao resto da economia mundial. Elevar a produtividade das indústrias e da economia é a única forma sustentável de retomarmos o crescimento", afirmou.

O presidente da FIESC lembrou que as rápidas intervenções, de baixo custo, e as técnicas de manufatura enxuta aumentarão em pelo menos 20% a produtividade das pequenas e médias que participam desse programa, que foi formulado em Santa Catarina, Estado que também foi pioneiro na implantação do projeto-piloto.

"A FIESC e suas entidades alinham-se aos esforços do governo brasileiro, particularmente do Ministério e da CNI, no sentido de ampliar a inserção catarinense no comércio internacional e de tornar a indústria catarinense cada vez mais competitiva", finalizou.

Aos empresários presentes, o ministro declarou que a indústria brasileira tem passado por momentos difíceis. "Os números do setor não têm sido favoráveis. A recuperação da confiança do setor produtivo é vista como realidade e estamos saindo da crise. Recebemos um País completamente desestruturado, sub-representado no comércio internacional e com problemas gravíssimos, mas estamos trabalhando para fazer a inserção das nossas empresas no comércio internacional, especialmente aquelas que ainda não exploraram esse mercado", afirmou.

Pereira lembrou que o Brasil é a nona economia do mundo, mas ocupa a 25ª posição em comércio exterior. "Vemos uma discrepância. Precisamos mudar isso urgentemente. Nessa linha foi lançado o Plano Nacional da Cultura Exportadora e o Brasil Mais Produtivo, que já estão em funcionamento", declarou. O ministro disse ainda que há um empenho para colocar o Brasil novamente nos trilhos e avançar. Segundo ele, a prioridade é a aprovação da PEC do limite de gastos, seguidas pelas reformas da previdência e a trabalhista.

No evento, o vice-governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, disse que o Brasil precisa avançar e para isso terá que enfrentar muitas reformas na área pública,

como a da previdência. “Estamos muito distantes das decisões tomadas em Brasília. A máquina pública é insuportável”, afirmou.

Brasil Mais Produtivo: o programa atenderá em Santa Catarina empresas dos setores metalmeccânico, vestuário e calçados, móveis e madeiras e alimentos e bebidas. O objetivo é melhorar em pelo menos 20% a produtividade dos processos tratados.

A iniciativa prevê consultorias do SENAI para a implementação de lean manufacturing (produção enxuta), atacando os sete tipos de desperdícios mais comuns: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos.

Voltado a pequenas e médias empresas, o Brasil Mais Produtivo tem um investimento de R\$ 3 mil pelas companhias beneficiadas – outros R\$ 15 mil, que integram o valor total da consultoria, são subsidiados.

O SENAI/SC já está envolvido desde a fase piloto, em 2015, quando o programa foi implantado em oito estabelecimentos do Estado. A instituição também capacitou os 546 consultores do SENAI em todo o País que vão integrar o trabalho.

Primeiros resultados: Na AHT Cooling Systems Brasil, de Navegantes, o programa foi implantado em uma linha de produção e o investimento se pagou em cinco dias de operações. “Obtivemos uma redução de custos da ordem de R\$ 105 mil por mês, aumento da produtividade em 21% e melhoria do índice de qualidade na fonte de 79%”, afirma o gerente industrial, Mark Schoepping de Souza.

Instalada há dois anos e com 80 funcionários, a fábrica é uma das quatro unidades do grupo austríaco AHT no mundo e produz freezers para o segmento de sorvetes e equipamentos de refrigeração para supermercados. “O Brasil Mais Produtivo é uma excelente alternativa para indústrias de pequeno e médio porte que querem fazer mudanças, implementar melhorias, com baixo investimento e retorno em curto prazo”, acrescenta.

Fabricante de móveis para exportação localizada em Campo Alegre e que está no mercado há 45 anos, a Móveis 3 Irmãos reduziu em 73% as movimentações (deslocamentos) de operadores. O trabalho, realizado no setor de embalagens, trouxe resultados como a melhoria da produtividade em 38%, com payback de três meses. “Estamos muito satisfeitos com o trabalho do SENAI, temos interesse para novas áreas e recomendaríamos a outras empresas a participarem do programa”, afirma o diretor industrial Leandro Pereira de Miranda.

Além do MDIC e SENAI, o programa tem a parceria da Apex-Brasil; Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Sebrae.

Cultura exportadora: O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) tem o objetivo de aumentar o número de empresas que operam no comércio exterior, além de promover o crescimento das exportações de produtos e serviços, com ênfase em bens manufaturados e com maior fator agregado. A meta do MDIC é instalar comitês gestores do PNCE em todos os Estados brasileiros até o fim de 2016.

O PNCE possui o apoio em âmbito nacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI), por meio da Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios, e é desenvolvido em cinco etapas – sensibilização, inteligência comercial, adequação de produtos e processos, promoção comercial e comercialização – que constituem a trilha da internacionalização, ou o caminho para uma empresa exportar, principalmente.

O Plano contempla três temas transversais para o direcionamento das empresas: financiamento, qualificação e gestão.

Em Santa Catarina, o PNCE conta com um comitê gestor que possui vários apoiadores e parceiros, entre eles a FIESC, por meio da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e do Centro Internacional de Negócios (CIN), SEBRAE/SC, Correios, Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Assuntos Internacionais – SAI e Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – SDS), e Banco do Brasil.

O Comitê gestor organizará uma agenda de ações de capacitação para as empresas, como a realização de diagnósticos de produtos e serviços com potencial exportador, consultoria de inteligência comercial (que avalia em quais mercados aquele produto ou serviço tem potencial de venda), incentivo à participação em missões comerciais e em rodadas de negócios com compradores estrangeiros.

Ford fecha suas fábricas na Austrália após 91 anos no país

07/10/2016 – Fonte: Portal Contábil

Montadora chegou ao país em 1925. Renault, Chrysler, Nissan, entre outras, também já deixaram a Austrália.



Trabalhador carrega bandeira da Ford ao deixar fábrica da empresa, em Melbourne, na Austrália, nesta sexta (7)

A montadora Ford fecha nesta sexta-feira (7) suas unidades de produção de carros na Austrália, terminando assim mais de 90 anos de operações na indústria automotiva do país.

Cerca de 600 trabalhadores perderão seus empregos com o fechamento das fábricas de Broadmeadows e Geelong, no sul da Austrália.

O diretor-executivo da Ford Austrália, Graeme Whickman, afirmou que a empresa seguirá operando em outros campos e que em 2018 espera contratar 1,5 mil profissionais altamente qualificados como engenheiros e designers, de acordo com a emissora "ABC".

A Ford projeta na Austrália seus modelos Everest e Ranger, embora sejam montados em outros países.

Um Falcon azul, cuja imagem foi compartilhada nas redes sociais, foi o último carro fabricado na Austrália pela Ford, o primeiro dos três grandes construtores que fecha suas portas no país.

A Ford anunciou em 2013 que encerraria sua produção, seguida pela Holden (filial da General Motors) e Toyota, que fecharão suas fábricas na Austrália em 2017.

O ministro das Finanças, Mathias Cormann, disse em entrevista para a emissora "Sky News" que o governo, através de seu plano para desenvolver a indústria militar, buscará ajudar os trabalhadores afetados em "fazer uma transição para novos empregos".

Desde a abertura da primeira fábrica de montagem da Ford na Austrália, em 1925, chegaram 11 grandes fabricantes ao país, entre eles a Renault, Chrysler, Volkswagen e Nissan, até que a queda de vendas ou os custos de produção provocaram a saída gradual de todas elas.